lista de adidos, não é justo que os ministros da religião católica e demais serventuários das igrejas que são pensionistas e que sejam ou hajam sido nomeados para o exercício de um cargo público continuem percebendo a respectiva pensão, se não exercem cumulativamente as funções eclesiásticas em atenção às quais aquela lhe foi concedida;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extintas as pensões concedidas nos termos da Lei da Separação aos ministros da religião católica e demais serventuários das igrejas nomeados para qualquer cargo público vitalício e que tenham deixado de exercer as funções eclesiásticas em atenção às quais lhes foram concedidas essas pensões.

§ único. A disposição deste artigo é também aplicável a todos os ministros da religião católica e demais serventuários das igrejas, quando contratados para qualquer cargo público, enquanto durar a vigência dos respectivos contratos.

Art. 2.º É inacumulável a pensão de aposentação com a pensão concedida nos termos dos artigos 113.º e 154.º da lei de 20 de Abril de 1911, podendo os actuais beneficiários optar por qualquer delas, no prazo de trinta dias, a contar da publicação deste decreto, para o que apresentarão a sua declaração, por escrito, na respectiva direcção de finanças.

Art. 3.º O disposto no artigo 1.º e seu § único entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1929 e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Decreto n.º 16:355

Tornando-se necessário regularizar a escrita, em relação ao ano económico de 1926-1927, na parte relativa a melhorias abonadas a funcionários aposentados pela Caixa de Aposentações;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 600.000\$, destinado a reforçar a verba de 120.000.000\$, inscrita no capítulo 25.º, artigo 108.º, do orçamento do referido Ministério decretado para o ano económico de 1926-1927, sob a rubrica «Melhorias de vencimentos, ajudas de custo de vida e quaisquer outros abonos extraordi-

nários» e a sub-rubrica «Para pagamento de melhorias e ajudas de custo de vida ao pessoal dependente do Ministério, bem como do subsídio para fardamento às praças da guarda fiscal e outros quaisquer abonos extraordinários».

Art. 2.º As despesas de que se trata consideram-se devidamente liquidadas em tempo oportuno, podendo a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública proceder à sua autorização de pagamento.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Decreto n.º 16:356

Considerando que a Junta do Crédito Público necessita ainda satisfazer em conta do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1927-1928 despesas de material e diversas, na importância de 40.758\$;

Considerando que na respectiva verba orçamental não existe disponibilidade alguma para satisfação de tais despesas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer com lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 40.758\$, destinada a reforçar a verba de 150.000\$ inscrita sob a rubrica «Material e diversas despesas» no capítulo 15.º, artigo 72.º, do orçamento do mesmo Ministério decretado para o ano económico de 1927-1928, anulando se igual importância na verba de 9.913.943\$88, do capítulo 18.º, artigo 86.º, do mesmo orçamento.

§ único. Esta despesa considera-se devidamente liquidada em tempo oportuno, podendo a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública proceder à sua autorização de pagamento.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.